ALIANÇA COM GOVERNOS COMPROMETIDOS COM O PAÍS

MÁRCIO LOPES DE FREITAS

PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS (CNCoop)

DA REDAÇÃO

A ligação de Márcio Lopes de Freitas com a agropecuária e o cooperativismo possui raízes familiares. Ocupou cargos de liderança no setor, como a presidência da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (Ocesp) e a presidência da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). E, desde 2005, com a criação da Confederação Nacional das Cooperativas (CNCoop), ele assumiu a sua presidência também. Com a sua larga experiência profissional, o entrevistado traz a sua visão sobre o momento vivido pelo Brasil, em especial no sistema cooperativista.

AGROANALYSIS: COMO CHEGAR NESSE TAMANHO MONUMENTAL?

MÁRCIO LOPES DE FREITAS: Congregamos 1,55 mil cooperativas de produção agropecuária. Em 2017, elas obtiveram faturamento superior a R$ 190 bilhões. Isso representa 13,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio brasileiro. O sistema conta com 1,01 milhão de produtores rurais cooperados e gera 188,7 mil empregos diretos. De acordo com os dados oficiais do último Censo Agropecuário brasileiro, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2006, os produtores rurais associados às cooperativas agropecuárias respondem por 48% da produção nacional. Em 2017, as exportações das cooperativas representaram 6,5% da receita com exportações do agronegócio nacional.

Com o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária, o conhecido RECOOP, em 1998, as cooperativas puderam fazer a recomposição das suas dívidas, com passivos onerosos de curto prazo. Houve um alinhamento estratégico de gestão e governança na condução dos empreendimentos. As cooperativas estruturaram as suas



Flora Egelcia

operações com foco no vetor de inserção nos mercados. Esse programa foi um grande sucesso de política pública. Atualmente, restam apenas R$ 10 milhões para liquidação de um montante total aplicado de mais de R$ 1 bilhão.

A ORDEM É INVESTIR E TREINAR?

MLF: O surgimento do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) – criado pela Medida Provisória nº 1.715/98 e regulamentado pelo Decreto nº 3.017/99 – foi um grande divisor para o cooperativismo brasileiro. As áreas de formação profissional e de monitoramento se desenvolveram. Melhoramos nos aspectos de gestão, governança e inovação. Diversificamos o modelo de negócios com a industrialização e a agregação de valor nos empreendimentos. As setenta maiores cooperativas agropecuárias faturaram R$ 121,6 bilhões em 2016.

Com a ampliação, a modernização e a diversificação dos modelos agroindustriais focados no desenvolvimento de seus sistemas produtivos e de comercialização, as cooperativas agropecuárias cumprem o seu papel de inclusão do produtor cooperado no mercado. Com robustos investimentos, as cooperativas agropecuárias são fundamentais ao agronegócio brasileiro. A avicultura, a suinocultura e, mais recentemente, a piscicultura estão estruturadas em regime de exploração verticalizada; todas estão incumbidas de ampliar escala e ganhar produtividade.

QUAIS SÃO AS RAÍZES E A BUSCA DA CAMPANHA SOMOSCOOP?

MLF: Fizemos um diagnóstico detalhado para divulgar os valores, os princípios e o modelo de negócios. Identificamos desafios enfrentados pelo movimento, como a adoção de uma linguagem comum, o entendimento do sistema pela sociedade e os estágios diferentes da organização em cada região, entre outros. O ponto de partida do SomosCoop é mostrar quem somos. "Coop" reflete o espírito de colaboração existente nas cooperativas, enquanto "Somos" congrega os brasileiros ao redor do movimento.

O fato de uma em cada sete pessoas no mundo estar ligada a uma cooperativa revela a força do cooperativismo. Isso nos apontou um caminho para o seu fortalecimento: associar o movimento da cooperação brasileiro ao internacional. Para mostrar a nossa cara e a nossa cultura, surgiu o movimento SomosCoop, com o objetivo de conectar cooperativas, cooperados e integrantes do Sistema OCB, engajando cada vez mais pessoas à causa. Movimentos vão além das marcas e se conectam com o emocional das pessoas.

COMO ANALISAR A TRANSIÇÃO OU A REFORMA NA POLÍTICA DE CRÉDITO RURAL?

MLF: Estabelecido em 1965, o sistema nacional de crédito rural tem sido o instrumento central da política agrícola para promover a produtividade e o aumento de renda no campo. A concessão de crédito a juros baixos visa ajudar o produtor rural no custeio, no investimento e na comercialização da sua produção. Para tanto, o Banco Central criou a chamada "exigibilidade", segundo a qual os agentes financeiros são obrigados a destinar uma parcela dos depósitos à vista ao crédito rural. Diferentemente dos países desenvolvidos, com taxas de juros baixas, o Brasil apresenta histórico de custos financeiros elevados.

> "MOVIMENTOS VÃO ALÉM DAS MARCAS E SE CONECTAM COM O EMOCIONAL DAS PESSOAS."

> “FOMOS A PRIMEIRA ENTIDADE DO SETOR PRODUTIVO A SER ADMITIDA COMO *AMICUS CURIAE*.”

Com a aplicação automática dos saldos diários da conta-corrente, os agentes financeiros reduziram os recursos obrigatórios do crédito rural, calculados sobre os depósitos à vista. Segundo pesquisa realizada pela OCB e pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) para apurar o Índice de Confiança do Agronegócio (IC Agro), o crédito rural concedido a juros controlados atende apenas 31% do orçamento de custeio da safra brasileira. Já para viabilizar os títulos do agronegócio, como estes apresentam complexidade na estruturação de operação e custos financeiros maiores, o Sistema OCB criou um Grupo Técnico de Trabalho.

A OCB FOI CONSIDERADA *AMICUS CURIAE* NA DISCUSSÃO DO CÓDIGO FLORESTAL?

MLF: O Supremo Tribunal Federal (STF), em 28 de fevereiro último, concluiu o julgamento das ações sobre o novo Código Florestal (Lei nº 12.651/12). A validade de diversos dispositivos foi reconhecida, seja pela declaração de constitucionalidade ou pela atribuição de interpretação conforme a Constituição. O sistema cooperativista sempre considerou importante o equilíbrio entre a proteção do meio ambiente e a produção agropecuária.

O tratamento diferenciado às pequenas propriedades rurais e a previsão de regras próprias para áreas rurais consolidadas, por exemplo, tiveram a constitucionalidade reconhecida. Isso respeita as peculiaridades de cada região do País. A OCB teve atuação intensa nesse processo. Além de fazermos sustentação oral no julgamento, elaboramos e defendemos diversos memoriais, de modo a ajudar o STF a compreender a realidade das milhões de famílias dedicadas às atividades do campo. Fomos a primeira entidade do setor produtivo a ser admitida como *amicus curiae*.

A POLÍTICA NACIONAL DE BIOCOMBUSTÍVEIS (RENOVABIO) ESTÁ NA AGENDA DO SISTEMA COOPERATIVISTA?

MLF: Criada, no final de 2017, pela Lei Federal nº 13.576 e regulamentada parcialmente pelo Decreto Federal nº 9.308/18, a RenovaBio é uma política de Estado. Ela pretende reconhecer o papel estratégico dos biocombustíveis na matriz de energia nacional. Isso tanto para a segurança energética, quanto para a redução de emissões de gases causadores do efeito estufa. Apesar de ser o segundo maior produtor mundial de biocombustíveis, o Brasil nunca possuiu uma política específica voltada a estes produtos de maneira conjunta.

Consideramos a participação do modelo de negócios cooperativista na cadeia produtiva nacional de biocombustíveis de grande relevância. Como exemplo, citamos o Selo Combustível Social (SCS), na inclusão produtiva e social dos agricultores familiares fornecedores de matérias-primas para a produção de biodiesel. As cooperativas agropecuárias são peças fundamentais para a instrumentalização desse programa.

A PARCERIA COM A FRENTE PARLAMENTAR DO COOPERATIVISMO (FRENCOOP) MOSTRA RESULTADOS?

MLF: Após três décadas de atuação legislativa, a Frencoop é uma das bancadas suprapartidárias mais atuantes e influentes do Congresso Nacional. Contamos com a adesão de 47% dos deputados e dos senadores. Ao todo, são 279 integrantes, sendo 243 deputados e 36 senadores, independentemente da bandeira partidária ou do estado de origem. O seu principal objetivo é garantir um ambiente favorável para o desenvolvimento do cooperativismo.

Periodicamente, a Diretoria Executiva da OCB reúne-se com a Diretoria da Frencoop para definir prioridades. No último ano, diversas matérias de nosso interesse foram aprovadas em comissões e plenários. Podemos citar alguns casos: a Lei Complementar nº 161/18 permitiu aos municípios depositarem suas disponibilidades de caixa em cooperativas de crédito; a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2018 garantiu a continuidade do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); e a Lei nº 13.572/17 permitiu o repasse de verba para os estados e os municípios compensarem as perdas com a Lei Kandir.

COMO FICAM AS PROPOSTAS PARA O PRÓXIMO GOVERNO?

MLF: O cenário é desafiador nos campos político e econômico. Precisamos resgatar, na população brasileira, o sentimento de confiança na retomada de crescimento do País e num futuro melhor. O governo deve adotar medidas para promover a saúde financeira e o equilíbrio social da nação. Esperamos uma agenda positiva de trabalho baseada na eficiência da gestão pública, no sentido de viabilizar a competitividade e o desenvolvimento; um ambiente de negócios com foco na desburocratização e na diminuição do custo de produção.

Como o momento exige cooperação, queremos participar desse processo. Ratificamos o compromisso do movimento cooperativista como aliado de governos sérios e comprometidos com um Brasil de melhores oportunidades para todos. Reunimos pontos determinantes para essa participação ser mais efetiva. Os temas coincidem com as pautas prioritárias do Executivo. Fazem parte da lista a simplificação da carga tributária, o acesso ao crédito, as seguranças jurídica e regulatória e, é claro, o aumento da competitividade. Destacamos a importância econômica e social do cooperativismo para unirmos forças e ajudarmos o Brasil a crescer com sustentabilidade. ■


Alexandre Alves

> “COMO O MOMENTO EXIGE COOPERAÇÃO, QUEREMOS PARTICIPAR DESSE PROCESSO.”